

PATRIMÔNIO NEGRO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Thamires da Costa
Silva

Mestranda em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio na Universidade Estadual de Goiás UEG

Thiago Valério
Callefi

Mestrando em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio na Universidade Estadual de Goiás UEG

Recebido: 20/05/2022
Aprovado: 28/06/2022

RESUMO

O artigo almeja debater as possibilidades de educação patrimonial construídas com o patrimônio de origem afro-brasileira, visando o ensino de história antirracista na educação básica. Para alcançar esse objetivo são abordadas discussões sobre o ensino da história e os processos de invisibilidade das narrativas da população negra, bem como a necessidade de implementação da Lei 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, que obriga que seja incluído no currículo oficial da Rede de Ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Também é levantado o debate sobre a proteção do patrimônio cultural de origem afro-brasileira, seja ele material ou imaterial, em âmbito federal, isso quer dizer como a principal instância de proteção, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, acautela os bens de origem negra e se eles refletem os processos de apagamento e silenciamento da cultura de origem afro-brasileira. A educação patrimonial é analisada a fim de compreender suas origens e desafios de implementação na educação formal, sendo assim, na última abordagem, será proposto a criação de um inventário participativo construído com o patrimônio negro e a comunidade escolar, durante as aulas de história do ensino básico, no Quilombo de Pombal no distrito de Placas em Santa Rita do Novo Destino - Goiás e no Quilombo da Pedra do Sal, situado na Pequena África do Rio de Janeiro visando a promoção e ampliação da cultura negra nas escolas. Especialistas e pesquisadores do campo da história, do patrimônio de origem afro-brasileiro e da educação patrimonial embasam todo o artigo e demarcam o patrimônio como um campo de disputas e a importância de uma educação patrimonial decolonial. Por fim, busca-se que através do processo educacional, promover importantes reflexões sobre a cultura, os saberes e as tradições afro-brasileiras, mostrando aos alunos do ensino de história do ensino básico, a importância da preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Negro. História. Educação Patrimonial.

Introdução

O acatamento do patrimônio negro foi durante anos esquecido pelos órgãos de proteção, uma vez que eram protegidos somente os bens que marcavam a origem européia da população brasileira. O apagamento da cultura negra se reflete também na educação básica brasileira, sendo a participação dos negros reduzida a escravidão e a violência. Pouco se fala dos quilombos, que é o principal objeto de estudo deste artigo, e que subvertiam a exploração dos corpos negros.

As influências culturais, da comunidade afro-brasileira foram também durante anos negligenciadas nas escolas, entretanto graças às leis 10.639/2003 e 11.645/2008, o ensino da história e cultura negra se tornou obrigatório na educação básica. É a partir da implementação dessas leis e da importância de incentivar visibilidade ao patrimônio negro, que busca-se neste artigo a criação de inventários participativos, junto com a comunidade escolar, de dois quilombos brasileiros, através da educação patrimonial.

A educação patrimonial deve ser um processo de mediação, o educador deve considerar a patrimonialização das diferenças culturais que podem surgir, levando em conta, as singularidades de cada região do Brasil, portanto, a ação deve ter um compromisso com as diversidades étnicas, religiosas e culturais. Esse compromisso reforça e valoriza as referências culturais e identitárias de cada comunidade, proporcionando um sentimento de tolerância¹.

Dessa forma, no presente artigo serão abordadas a comunidade do Quilombo da Pedra do Sal, situado na cidade do Rio de Janeiro e o Quilombo de Pombal, localizado no distrito de Placas em Santa Rita do Novo Destino - Goiás. Através da educação patrimonial será promovido a criação de inventários participativos com a comunidade escolar e os detentores de saber locais, a fim de promover o patrimônio cultural negro, bem como cumprir as leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

As leis 10.639/2003, 11.645/2008 e a nova perspectiva do ensino de história através do patrimônio cultural

As leis 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e a 11.645 de 10 de março de 2008 foram grandes conquistas para a população negra e indígena brasileira, uma vez que tornaram obrigatórias o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas, sejam elas públicas ou privadas, do ensino fundamental ao ensino médio.

1 Átala Tolentino, “O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática”, Átala Tolentino (Org.), In: *Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*, João Pessoa, IPHAN PB, 2016, p. 39-48 .

A implementação dessas leis abre margem para que possam ser trazidas para diferentes matérias o ensino da cultura negra e indígena. A disciplina de história pode facilmente incorporar nas aulas essa nova temática, não de forma estereotipada e preconceituosa, mas sim ressaltando a importância desses grupos sociais para a formação da sociedade brasileira.

Uma maneira de abordar a cultura negra e os quilombos é através do patrimônio cultural, que é formado por bens tangíveis e intangíveis, que foram se transformando em referências culturais para os diversos grupos étnicos que se estabeleceram no país, entre os quais os quilombos estão inseridos. Edificações, sítios arqueológicos, lugares, saberes, fazeres, paisagens, obras de arte, celebrações, são algumas categorias que o Estado classifica como patrimônio cultural, buscando diversos meios de preservá-los, protegê-los e valorizá-los.

É essencial compreender que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão que desenvolve políticas públicas federais para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, fundado em 1937. Nas primeiras décadas após a sua fundação, através do tombamento, especificamente o Livro de Tombo, o IPHAN preservou intensamente os bens culturais materiais, como por exemplo, obras de arte, monumentos, centros históricos, sítios arqueológicos e edificações, principalmente os que refletiam a influência européia, na cultura brasileira.

A escolha do que será ou não tombado faz parte de um jogo de poder, na construção de uma memória coletiva. Muitas vezes, os bens acautelados pelo Estado refletem os interesses dos grupos sociais dominantes de uma determinada época. Como é o caso dos bens acautelados no país, que são reflexo da afirmação de um Brasil de matriz europeia, que durante anos ignorou a origem africana que o Brasil possui. É preciso decolonizar o olhar sobre o que é considerado patrimônio, e entender os porquês incluídos na pouca presença de bens materiais que representem a nossa origem africana.

No processo de seleção de patrimônios e, conseqüentemente, de construção de memórias e identidades coletivas, comumente esse processo seletivo, concebido como um espaço social de disputa política, econômica e simbólica, tende a reproduzir, como um discurso homogeneizante, a manutenção de uma hegemonia de determinados grupos sociais dominantes, detentores de maior capital simbólico.²

É importante ressaltar a diferença entre decolonizar e descolonizar. De acordo com Catherine Walsh³, retirar a letra “s” não é um mero anglicismo, mas sim marca uma distinção com o significado em castelhano e também em português, da partícula “des”. Seria impossível desfazer ou reverter o colonialismo, isso quer dizer, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse viável fingir que suas marcas e padrões deixassem de existir. Walsh, continua:

A intenção é mesmo assinalar e provocar um posicionamento – uma postura e atitude contínua – de transgredir, intervir, insurgir e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta

2 Átila Tolentino, “*O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática*”, Átila Tolentino (Org.), In: *Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*, João Pessoa, IPHAN PB, 2016, p. 39-48 .

3 Catherine Walsh, *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época*, Quito, Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009, p. 15-16.

contínuo no qual podemos identificar, viabilizar e estimular “lugares” de exterioridade e construções alternativas.⁴

O patrimônio é um interminável campo de conflito, conectado ao presente e em incessante reconstrução. Para investigar o patrimônio cultural, mais especificamente os Quilombos da Pedra do Sal e de Pombal, é necessário que sempre estejamos problematizando e discutindo seus significados, enfim fazendo análises críticas que vão muito além da simples tarefa de defender e preservar, mas que permitam refletir sobre o processo de escravidão no Brasil.

Questionar esse universo de patrimônio desigual é também tarefa de uma Educação Patrimonial de perspectiva libertadora e emancipatória. Isso não significa, de forma alguma, desconsiderar o conjunto de bens já constituído, jogar tudo fora, mas enxergar esse nosso legado a partir de outras perspectivas mais problematizadoras e críticas.⁵

É válido destacar que durante anos o patrimônio de origem africana e afro-brasileira foi negligenciado pelos órgãos de proteção, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e no caso do Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Um exemplo dessa afirmação, salienta-se o fato de que somente no ano de 1984 que o primeiro terreiro foi tombado pelo IPHAN, ao passo que desde o ano de 1937, data de fundação do órgão, já haviam edificações que representavam a herança de matriz européia do Brasil, sendo tombadas, como igrejas, casas de câmara e cadeias e conventos. Os primeiros anos do IPHAN ficaram conhecidos como a fase da pedra e do cal, pela ênfase dada aos bens de natureza material e especialmente que negavam a representação de um Brasil composto pela multiplicidade de culturas.

Já no que diz respeito aos bens de natureza imaterial, somente nos anos 2000 com o Decreto nº 3.551, que instituiu o registros dos bens culturais de natureza imaterial, apesar da Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216 já existir uma menção clara a proteção dos bens imateriais. A partir dos anos 2000, como o Ofício dos Mestres de Capoeira, as Rodas de Capoeira, o Jongo, o Ofício das Baianas de Acarajé, Matrizes do Samba no Rio de Janeiro e outros bens foram registrados como patrimônio cultural imaterial e representam a herança africana brasileira.

Na Constituição de 1988, a legislação passou a reconhecer os direitos culturais, territoriais e socioambientais das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Algumas ações foram desenvolvidas a partir deste momento, como por exemplo, identificação dos quilombos pelo país, mapeamento, documentação, valorização e salvaguarda dos bens culturais materiais e imateriais. Foi nesse momento, início dos anos 2000, que o Quilombo de Pombal no Distrito de Placas e o Quilombo da Pedra do Sal, ganharam novos olhares, preocupações, desdobramentos e os primeiros estudos foram realizados com as comunidades quilombolas.

4 Walsh. *Interculturalidad, Estado, Sociedad*, p. 16.

5 Simone Scifoni, “Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema”, Átila Tolentino (Org.), In: *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*, João Pessoa, IPHAN PB, 2012, p. 34.

Breve história do Quilombo da Pedra do Sal e Quilombo do Pombal

Os primeiros negros trazidos da África para o Brasil, vieram da costa ocidental, noroeste africano. Durante os séculos XVII e XVIII essa perspectiva mudou e africanos da costa oriental também foram escravizados e transportados para a colônia portuguesa, ampliando os grupos étnicos, linguísticos, religiosos e culturais. No Brasil, esses africanos desenvolveram intensas trocas culturais e estabeleceram alianças entre si. Desde o início do processo de colonização, muitos destes negros fugiam e se refugiavam nas matas, onde se agrupavam, formando os primeiros quilombos brasileiros.

Em terras desconhecidas e de difícil acesso, esses grupos tornaram-se pequenos coletores, caçadores, agricultores autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo de áreas florestais. Após a abolição, em maio de 1888, com a Lei Áurea, muitos ex-escravos preferiram continuar nos antigos quilombos com suas famílias e suas atividades econômicas, surgindo aí, as comunidades remanescentes de quilombola, que é o caso do Quilombo de Pombal no Estado de Goiás⁶.

O quilombo é um símbolo de resistência da população negra, uma subversão aos trabalhos obrigatórios, a violência e exploração de seus corpos. De acordo com Corrêa⁷, os quilombos são “territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias”.

Diferente do que o senso comum imagina, os quilombos não eram isolados economicamente e muitas vezes nem fisicamente da sociedade na qual estavam inseridos. Segundo Gomes⁸, “para várias regiões há evidências de como escravos e quilombolas faziam circular produtos de sua economia agrária.” Tanto nos quilombos rurais, como é o caso do Quilombo de Pombal, quanto dos Quilombos urbanos, como o da Pedra do Sal.

Para Anna Maria Andrade⁹, a perspectiva atual de quilombo deve ser atualizada, deixando de lado todo aquele conceito tradicional e cristalizado pela história do Quilombo de Palmares e dos antigos quilombos brasileiros:

Com a atualização da noção clássica de quilombo, a constituição de 1988 passou a chamar de “remanescentes de quilombo” todas as comunidades vivas de afro-brasileiros que vivem em sítios conhecidos e não conhecidos dos antigos quilombos e que se caracterizam, antes de tudo, pela descendência de africanos escravizados. A definição clássica – muito pautada nas características e representações sobre o quilombo de Palmares – é inadequada para pensar a realidade atual destas comunidades porque cristaliza a existência dos quilombos

6 Anna Maria Andrade/Nilton Tatto, *Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira*, Instituto Socioambiental, São Paulo, 2013, p. 12.

7 Maíra Leal Corrêa. *Quilombo Pedra do Sal*, Belo Horizonte, FAFICH, 2016, p. 02.

8 Flávio Gomes, “Terra e camponeses negros: o legado da pós-emancipação”, Mácia Chuva (Org), In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n°34. Brasília, IPHAN, 2012, p. 376.

9 Andrade/ Tatto, *Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira*, 2013.

no passado, no tempo da escravidão, e os assentamentos negros eram vistos apenas como focos isolados de resistência ao regime, destituídos de positividade sociocultural e identitária. A atualização do conceito de quilombo diversifica o conjunto de experiências históricas e constituições étnicas de comunidade negras rurais que resultam do período escravocrata. Esta perspectiva abre caminho para entender o que ocorreu com estes grupos após o fim da escravidão e suas formas de organização atuais¹⁰.

O Quilombo de Pombal (Distrito de Placas) está localizado no Município de Santa Rita do Novo Destino, na região do Vale do São Patrício, no Centro do Estado de Goiás, é cercado pelos rios das Lajes, rio das Almas e rio dos Bois e possui cerca de 3.170 habitantes, fazendo limite com os municípios de Barro Alto, Goianésia, Hidrolina, Uruaçu e Niquelândia. A ocupação da região do atual Quilombo de Pombal, foi marcada pela formação de quilombolas (Pombal e Balbino dos Santos), que já estavam estabelecidos na região e possuíam um estilo próprio de viver e fazer, antes mesmo da fundação do município de Santa Rita do Novo Destino.

Segundo relatos da população local, os quilombos estão presentes na região há mais de um século e foram formados por causa da fertilidade das terras, o que facilitava a caça, a pecuária de pequeno porte, a produção agrícola e conseqüentemente a sobrevivência dessa população quilombola na região. Essas comunidades, marcaram a memória e a identidade de toda a população local, que possuem forte ligação com o processo histórico do território. Além das terras férteis da região, a religiosidade está diretamente ligada à ocupação histórica do município, é preciso ressaltar, todos os cuidados que a população quilombola tem com a saúde física e principalmente espiritual, o que marca assim a cultura, a identidade e a memória da região¹¹.

Já o Quilombo da Pedra do Sal está inserido na Pequena África do Rio de Janeiro, que é composta pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Toda a região é marcada pela forte presença da população negra, uma vez que foi através do Cais do Valongo, desde 2017 patrimônio da humanidade pela UNESCO, que entraram em território brasileiro diversos homens e mulheres africanos.

A Pedra do Sal que dá nome ao quilombo, era um local de encontro de diversos sambistas, como Heitor dos Prazeres (1898-1966), Donga (1890-1974), João da Baiana (1887-1974) e Pixinguinha (1897-1973). Além de rodas de sambas, a Pedra do Sal também era utilizada para secar o sal e também vendê-lo, uma vez que a Baía de Guanabara chegava às margens da Pedra.

No ano de 1987, a Pedra do Sal foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

A Pedra do Sal é testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira, espaço ritual consagrado e o mais antigo monumento vinculado à história do samba carioca. Outrora teve os nomes de Quebra-Bunda, Pedra da Prainha e, como nas redondezas se carregava o sal, popularizou-se como do Sal. Ali se instalaram os primeiros negros da Saúde, se encontraram

10 Andrade/ Tatto, *Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira*, p. 13.

11 Gislaíne Valério de Lima Tedesco, *Levantamento dos bens culturais em Santa Rita do Novo Destino*, Goiânia, 2020, p. 10.

as Tias Baianas, soaram os ecos das lutas populares, das festas de candomblé e das rodas de choro. Nas ruas tortuosas e becós que a envolvem, nasceram os ranchos e o carnaval carioca. No dorso da Pedra do Sal estão inscritas as raízes do nosso samba¹².

Entretanto, somente no ano de 2006, que o Quilombo da Pedra do Sal foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares. Um ano antes, em 2005, o Quilombo de Pombal obteve essa mesma certificação. Esses reconhecimentos foram uma vitória para a população e para todo o patrimônio cultural negro, tanto na cidade do Rio de Janeiro, quanto em Goiás, uma maneira eficaz de evitar o esquecimento e apagamento da cultura negra, bem como assegurar o território as comunidade, mesmo com o avanço da especulação imobiliária.

Possibilidades de educação patrimonial construídas com o patrimônio negro atreladas ao ensino de história

Desde o surgimento do termo, Educação Patrimonial, na década de 1980, o conceito e a prática passaram por grandes reflexões, sobre como desenvolver uma ação patrimonial democrática. Ainda é bastante recorrente, tanto em pesquisas acadêmicas como em instituições que atuam em defesa do patrimônio, o uso de práticas antigas, que excluem os detentores da identificação e da escolha das suas referências culturais¹³. Segundo Sônia Florêncio (2014):

Atualmente, a CEDUC defende que a educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para o seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural¹⁴.

Para Átila Tolentino¹⁵, educação patrimonial deve ser concebida a partir das noções de referências culturais, que são conformadas socialmente com a participação efetiva dos detentores e produtores dessas mesmas referências, por meio de um processo permeado de consensos e conflitos inerentes. Seguindo essa perspectiva, o diálogo entre o agente patrimonial e os detentores dos bens

12 INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. *Tombamento da Pedra do Sal*. Rio de Janeiro: INEPAC, 1987, <http://www.inepac.tj.gov.br/>, acesso em: 02 dez, 2021.

13 Tolentino, *O que não é educação patrimonial*, p. 39.

14 Sônia Regina Rampim Florêncio et al. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*, Brasília, Iphan, 2014, p. 19.

15 Tolentino, *O que não é educação patrimonial*, 2016.

culturais é fundamental. Torna a prática de educação patrimonial democrática¹⁶.

Segundo Nivaldo Neto¹⁷, se não considerarmos a participação dos atores locais no processo de identificação das referências culturais, iremos nos defrontar com cenários nos quais a cultura do silêncio será imposta. Para ele, uma ação patrimonial em um município com descendência quilombola só pode ser fundamentada nas narrativas da comunidade e nos seus laços de afetividades, parentesco, identidade e memória.

Seguindo essa corrente de pensamento, as propostas de ação de educação patrimonial no Quilombo de Pombal-Distrito de Placas e no Quilombo da Pedra do Sal no Rio de Janeiro, buscam estabelecer um diálogo direto com a comunidade e com os detentores dos bens culturais, evitando qualquer tipo de opressão em todo o processo de educação patrimonial, sendo as comunidades quilombolas, protagonistas em todas as etapas da oficina.

Para Átila Tolentino¹⁸, existem algumas falácias sobre Educação Patrimonial, entre elas, o conceito de alfabetização cultural. O detentor do bem cultural não vai ser alfabetizado, muito pelo contrário, ele vai transmitir todo seu conhecimento sobre as referências culturais pesquisadas. Outra falácia destacada por Tolentino, é a ideia de conscientização da população para a preservação do patrimônio. Outra vez, esse conceito, desconsidera todo conhecimento que a comunidade tem das suas referências culturais, e não considera que quem leva a luz do conhecimento para o outro é o detentor do bem cultural e não o agente patrimonial

Outra falácia que deve ser evitada, segundo Tolentino, é que a educação patrimonial destina-se aos patrimônios culturais tutelados pelo Estado. Quando trabalhamos com comunidades remanescentes de quilombolas, nem sempre elas são tuteladas e muitas vezes nem são reconhecidas pelo Estado. Por último, Tolentino ressalta, que nem sempre conhecer o patrimônio cultural significa preservá-lo. A comunidade de fato é guardiã de seu patrimônio cultural, porém ela deve ter o sentimento de pertencimento com as referências culturais, sem isso a população não se importará e não preservará o bem cultural¹⁹.

Os dois projetos de educação patrimonial, um a ser aplicado no Rio de Janeiro e outro no Goiás, possuem o mesmo objetivo que é ressaltar com a participação ativa da população, o reconhecimento de suas práticas e culturas locais. Sendo que, no Quilombo de Pombal o foco será entender a importância da religiosidade para comunidade quilombola. Já no Quilombo da Pedra do Sal, o foco será a relação do samba e a comunidade.

Na nova perspectiva de educação patrimonial, onde o detentor do bem cultural é protagonista, o olhar que se tem para os quilombos brasileiros, não é mais apenas o local de fuga, ou de resistência e sofrimento, sobretudo um lugar de autodeterminação dos povos que ali viveram ou ainda vivem, um

16 Átila Tolentino, *O que não é educação patrimonial*, p. 40 .

17 Nivaldo Aureliano Léo Neto, *Educação Patrimonial e diálogo de saberes no quilombo indígena Tiririca dos Crioulos (Pernambuco)*, Dissertação (Mestrado), - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019, p. 166

18 Tolentino, “*O que não é educação patrimonial*”, p. 40-43.

19 Tolentino, “*O que não é educação patrimonial*”, p. 45.

local de produção cultural, de trabalho, de sobrevivência e de pertencimento.

Nos dois quilombos escolhidos, serão desenvolvidas através das fichas, um inventário das referências culturais tradicionais das comunidades escolares próximas aos dois quilombos, identificando os bens do patrimônio cultural imaterial que possuem maior relevância para a população quilombola. Para Sônia Florêncio²⁰, é imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora dos saberes que reconhecem suas referências culturais.

Serão duas etapas, como propõe o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), sendo a primeira o contato inicial com o bem/lugar, para que sejam elaborados levantamentos bibliográficos e documentais. Já a segunda etapa é a descrição profunda das referências culturais da população²¹

Nessas etapas de campo, serão produzidos junto com os alunos e os detentores dos saberes, as fichas e os mapas das referências culturais destacadas pela comunidade. No levantamento serão identificadas as celebrações, as edificações, as formas de expressão, os lugares, os ofícios que são considerados pelos quilombolas como parte do seu patrimônio cultural. O objetivo é reforçar os laços que a comunidade escolar quilombola tem com suas tradições culturais, sabendo inclusive que existe uma enorme diversidade cultural e étnica no Quilombo de Pombal e no Quilombo da Pedra do Sal.

As possíveis descobertas sobre as referências culturais das comunidades quilombolas, devem aparecer nessa etapa de levantamento e mapeamento dos bens, onde buscaremos dialogar com a população local, através das entrevistas e diálogos coletivos, com o propósito de validação das informações coletadas, sendo os alunos e a população protagonistas desse processo. Inventariar os bens, como instrumento de valorização pública dos conhecimentos tradicionais, suscita a fala dos mais velhos, reafirmando sua identidade, seus valores e memórias²².

Segundo Anna Maria Andrade²³, ao organizar e sistematizar a pesquisa, faz-se necessário privilegiar as falas diretas dos agentes locais, se possível, dos mais velhos, porque eles foram decisivos em tornar os bens culturais acessíveis ao público em geral. A partir desse pressuposto, a pesquisa deve buscar dar visibilidade ao quilombo, aos detentores e as manifestações culturais, para que eles sejam cada vez mais reconhecidos pela sociedade.

As ações de educação patrimonial, pretendem inicialmente, através de uma roda de memória, ter um primeiro contato com as comunidades do Quilombo de Pombal e da Pedra do Sal, a fim de identificar os detentores dos bens culturais. Nesse primeiro momento, serão apresentadas algumas perguntas e dinâmicas: “Quem sou eu?”, “Como é o lugar em que vivo?”. Serão feitos livremente alguns desenhos, redações, danças e poesias com o grupo, para entendermos sua rotina, seus saberes,

20 Florêncio et al. *Educação Patrimonial*, p. 19.

21 Célia Maria Corsino, *Inventário nacional de referências culturais : manual de aplicação*, Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

22 Andrade/ Tatto, *Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira*, p. 08.

23 Andrade/ Tatto, *Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira*, p. 08.

seus lugares, suas festas e celebrações²⁴.

Em uma nova etapa de campo, apresentaremos para a comunidade escolar, o inventário participativo, que será preenchido a partir dos levantamentos feitos pelos jovens junto a comunidade, com o auxílio de mediadores e professores. Os detentores dos bens culturais, citarão tudo aquilo que conseguem lembrar, os lugares de sua cidade, as festas e celebrações, os saberes e fazeres, os espaços culturais, as produções literárias, os bens móveis e imóveis, os bens naturais, buscando identificar o máximo de atividades desenvolvidas por eles e levantando todos os bens culturais apresentados. No Quilombo do Pombal, a religiosidade deve aparecer como ponto focal, assim como no Quilombo da Pedra do Sal, o samba deve se fazer muito presente, uma vez que a alguns anos, acontecem rodas de samba todas as segundas e sextas feiras na Pedra do Sal.

O objetivo dos inventários participativos, deve ser a mobilização e sensibilização da comunidade como um todo, para que eles identifiquem a importância de seu bem cultural, por meio de atividades que envolvam conhecimento e participação. Essa iniciativa deve proporcionar aos usuários o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, interpretação de dados e difusão de informações. Também pretende divulgar alguns preceitos éticos de pesquisa, como a autorização do uso de imagem e do uso dos conhecimentos levantados²⁵.

Em uma dinâmica estabelecida com a comunidade escolar, durante o inventário participativo, que pretende-se desenvolver é um mapeamento dos bens culturais de maior expressividade para os quilombolas. Nesse momento, o presente projeto, pretende identificar as celebrações religiosas do Quilombo de Pombal. Junto com a comunidade escolar será colocado no mapa, o nome da celebração, onde ela acontece, uma imagem, os períodos importantes, a descrição, a programação, as pessoas envolvidas, as comidas e bebidas e todos os demais requisitos exigidos pelas fichas do inventário participativo. Já no Quilombo da Pedra do Sal a dinâmica será parecida, mas será identificada a influência do samba na comunidade e no seu entorno, bem como onde ele é praticado, por quem, dias e horários.

A etapa de campo será concluída, promovendo roda de conversa e um questionário avaliativo em grupos com as comunidades escolares, para identificarmos o que eles acharam das atividades desenvolvidas pelo projeto e se eles se sentem representados pelos bens culturais levantados e mapeados pela equipe. Faremos algumas recomendações para melhorar as condições de existência, realização e transmissão da celebração²⁶.

Essas etapas desenvolvidas pelo projeto não são rígidas, ordenadas, ao contrário, são flexíveis. O mais importante é que, mais do que uma metodologia, a educação patrimonial seja oportunidade onde as pessoas façam o exercício do diálogo, da troca, da interação, do enriquecimento,

24 Sabrina Campos Costa, *O Patrimônio Cultural em sala de aula: abordagens interdisciplinares nos municípios paraenses*, Átila Bezerra Tolentino, in: *Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade*, João Pessoa, Iphan B, 2014, p. 09.

25 Sônia Regina Rampim Florêncio, *Educação Patrimonial: inventários participativos*. Manual de Aplicação / IPHAN, Brasília, 2016, p. 06.

26 Florêncio, *Educação Patrimonial*, p. 57.

do levantamento de demandas e a busca coletiva de caminhos, ferramentas e parcerias a seguir²⁷.

Considerações finais

Comunidades remanescentes de quilombo são guardiãs de histórias, práticas, saberes e memórias que importam ser conhecidas, registradas e documentadas para que as futuras gerações quilombolas e não quilombolas tenham contato com essas tradições culturais. O Quilombo de Pombal está localizado em uma região de constantes transformações socioeconômicas, intensa atividade de mineração e salvaguardar seus bens culturais, significa preservar a memória, reforçar a identidade e resgatar todo patrimônio cultural que pode estar em risco. O Quilombo da Pedra do Sal também passou por fortes pressões imobiliárias com os megas eventos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro em 2014 e 2016, sendo essencial seu reconhecimento como quilombo urbano, para a permanência territorial da população local.

Trabalhar com educação patrimonial no Brasil, é sobretudo, não atuar de forma passiva, em relação ao patrimônio cultural que já vem determinado por instituições públicas que seguem todo um processo histórico tradicional ou opressor. É preciso compreender o patrimônio de forma crítica e cabe ao agente patrimonial, desenvolver possibilidades para uma construção coletiva, a partir do diálogo com a comunidade, mesmo sabendo que muitas vezes pode ter consenso e em outros momentos não ter consenso entre a população. A ação patrimonial deve estabelecer uma mediação entre os bens culturais e seus detentores²⁸.

Sendo assim, utilizar o patrimônio negro e a educação patrimonial em comunidades escolares é uma forma de colocar em prática o que as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 propõem, que é a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na escolas de educação básica brasileira, contribuindo então para a luta contra o racismo e promovendo a criação de inventários participativos voltados para o patrimônio quilombola afro-brasileiro.

27 Costa, *O Patrimônio Cultural em sala de aula*, p. 17..

28 Tolentino, “*O que não é educação patrimonial*”, p. 44